UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

O EMPREGO FORMAL EM SETORES SELECIONADOS EM CRICIÚMA (SC) ENTRE 1991 E 1996

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: Eliane Américo Marques

Orientador: Prof. Helton Ricardo Ouriques

De acordo: _____

Área de Pesquisa: Economia do Trabalho

Palavras-chave: 1. Emprego
2. Setores econômicos
3. Criciúma

Florianópolis, março de 1999

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 6,0 à aluna Eliane Américo Marques, na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Helton Ricardo Ouriques
Presidente

Prof. Pedro Antônio Vieira
Membro

Profa. Patrícia Fonseca Ferreira Arienti
Membro

AGRADECIMENTOS

A Deus

À minha família

Ao Sérgio, pelo incentivo e compreensão

À minha amiga Solange

Ao meu orientador

E a todos aqueles que me ajudaram a realizar este trabalho

Obrigada!
Eliane

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS v

RESUMO vi

CAPÍTULO I
O PROBLEMA 1
1.1- Introdução 1
1.2- Formulação da Situação-Problema 1
1.3- Objetivos 3
1.3.1- Geral 3
1.3.2- Específicos 3
1.4- Metodologia 3

CAPÍTULO II
ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA REGIÃO SUL DE SANTA CATARINA..... 5
2.1- Breve Histórico 5

CAPÍTULO III
O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL E EM SANTA CATARINA NOS ANOS 90 11
3.1- Emprego no Brasil 11

CAPÍTULO IV
COMPORTAMENTO DO EMPREGO FORMAL EM CRICIÚMA NA DÉCADA DE 90 EM SETORES SELECIONADOS 17
4.1- Extrativa Mineral..... 20
4.2- Minerais Não Metálicos..... 23
4.3- Indústria Têxtil..... 25
4.4- Comércio Varejista 27
4.5- Administração Pública 29

CAPÍTULO V
CONCLUSÃO 33

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 36

ANEXOS 38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução Anual do Emprego em Santa Catarina – 1992/1996 16
Tabela 2 – Estoque Total de Mão-de-Obra Ocupada em Criciúma – 1991/1996 17
Tabela 3 – Mão-de-Obra em Setores Selecionados em Santa Catarina – 1991/1996....18
Tabela 4 – Mão-de-Obra em Setores Selecionados em Criciúma – 1991/1996 19
Tabela 5 – Estoque de Empregos Formais por Escolaridade no Setor de Extr. Min. – 1991/1996....21
Tabela 6 – Faixa Salarial dos Admitidos no Setor de Extr. Min. de 1991 a 1996 21
Tabela 7 – Natureza do Vínculo Empregatício no Setor de Extr. Min. de 1991 a 1996 22
Tabela 8 – Estoque de Empregos Formais por Escolaridade no Setor de Min. Não Met. – 91/96....23
Tabela 9 – Faixa Salarial dos Admitidos no Setor de Min. Não Metálicos – 91/96 23
Tabela 10 – Natureza do Vínculo Empregatício no Setor de Min. Não Metálicos – 91/96 24
Tabela 11 – Estoque de Empregos Formais por Escolaridade no Setor Têxtil de 1991/1996 25
Tabela 12 – Faixa Salarial dos Admitidos no Setor Têxtil de 1991 a 1996 25
Tabela 13 – Natureza do Vínculo Empregatício no Setor Têxtil de 1991 a 1996 26
Tabela 14 – Estoque de Empregos Formais por Escolaridade no Setor do Com. Varejista de 91/96....27
Tabela 15 – Faixa Salarial dos Admitidos no Setor do Comércio Varejista de 1991 a 1996 28
Tabela 16 – Natureza do Vínculo Empregatício no Setor do Comércio Varejista de 1991 a 1996 28
Tabela 17 – Estoque dos Empregos Formais por Escolaridade no Setor de Adm. Pública – 91/96....30
Tabela 18 – Faixa Salarial dos Admitidos no Setor de Administração Pública de 1991 a 1996 30
Tabela 19 – Natureza do Vínculo Empregatício no Setor de Administração Pública de 1991 a 1996 ..31
Tabela 20 – Estoque de Empregos Formais por Escolaridade – 1991 39
Tabela 21 – Estoque de Empregos Formais por Escolaridade – 1992 39
Tabela 22 – Estoque de Empregos Formais por Escolaridade – 1993 40
Tabela 23 – Estoque de Empregos Formais por Escolaridade – 1994 40
Tabela 24 – Estoque de Empregos Formais por Escolaridade – 1995 41
Tabela 25 – Estoque de Empregos Formais por Escolaridade – 1996 41
Tabela 26 – Faixa Salarial dos Admitidos em Set. Econ. Selecionados em Criciúma-91....42
Tabela 27 – Faixa Salarial dos Admitidos em Set. Econ. Selecionados em Criciúma-92....42
Tabela 28 – Faixa Salarial dos Admitidos em Set. Econ. Selecionados em Criciúma-93....43
Tabela 29 – Faixa Salarial dos Admitidos em Set. Econ. Selecionados em Criciúma-94....43
Tabela 30 – Faixa Salarial dos Admitidos em Set. Econ. Selecionados em Criciúma-95....44
Tabela 31 – Faixa Salarial dos Admitidos em Set. Econ. Selecionados em Criciúma-96....44
Tabela 32 – Aumento do N. de Vínculos Empregatícios Avulsos ou Temporários – 91 45
Tabela 33 – Aumento do N. de Vínculos Empregatícios Avulsos ou Temporários – 92 45
Tabela 34 – Aumento do N. de Vínculos Empregatícios Avulsos ou Temporários – 93 46
Tabela 35 – Aumento do N. de Vínculos Empregatícios Avulsos ou Temporários – 94 46
Tabela 36 – Aumento do N. de Vínculos Empregatícios Avulsos ou Temporários – 95 47
Tabela 37 – Aumento do N. de Vínculos Empregatícios Avulsos ou Temporários – 96 47

RESUMO

Esta monografia buscará analisar a evolução do emprego formal em setores selecionados de Criciúma (extração mineral, minerais não metálicos, indústria têxtil, comércio varejista e administração pública) no período entre 1991 a 1996. Os dados foram obtidos junto à Relação Anual de Informações Sociais – RAIS do Ministério do Trabalho, que traz informações estatísticas de todos os setores da economia brasileira.

O trabalho está dividido da seguinte maneira: o primeiro capítulo apresentará a formulação da situação-problema, os objetivos geral e específicos, bem como a metodologia empregada para a confecção do mesmo. O segundo capítulo tratará dos aspectos econômicos e sociais da Região Sul de Santa Catarina. No terceiro capítulo, será feita uma breve apreciação do mercado de trabalho no Brasil e em Santa Catarina nos anos noventa . No quarto capítulo, será feita a análise do mercado de trabalho formal em Criciúma nos anos noventa em setores selecionados. Finalmente, no quinto capítulo serão apresentadas as conclusões finais.

CAPÍTULO I

O PROBLEMA

1.1- Introdução

Este trabalho buscará analisar o comportamento e as características do emprego formal em setores selecionados no município de Criciúma – SC, na década de noventa. Este município, até a década de 60, era menos importante regionalmente, do que Tubarão. Porém, com uma taxa de crescimento populacional bastante elevada nessa década (11,60%), teve seu reconhecimento ampliado, tornando-se o mais importante centro de serviços do Sul do Estado. Historicamente, o município tem suas funções diretamente ligadas ao desenvolvimento das atividades relacionadas com a indústria extrativa mineral (carvão) e de minerais não-metálicos (cerâmica).

O notável surto de crescimento dos anos 60 teve seus reflexos na urbanização. Entre 1956 e 1966, a malha viária de Criciúma mais do que triplicou, tendo surgido bairros operários, tanto a leste quanto a oeste da ocupação inicial. Até meados dos anos 60, a malha urbana orienta-se ao longo da estrada de ferro, buscando áreas planas disponíveis. Ao final da década de 70, surgem os subcentros na periferia e uma grande densificação de ocupação de áreas mais antigas. A ocupação verticalizada da área central adquire um caráter crescente, sendo responsável pela capacidade de abrigar o vertiginoso crescimento populacional ocorrido na década de 70. (Santos, 1997)

1.2- Formulação da Situação-Problema

Deve-se ressaltar que o crescimento da microrregião de Criciúma esteve atrelado principalmente à extração do carvão. Nos anos 70, esta atividade absorvia mais ou menos 6 mil trabalhadores, dependendo do setor 23.440 pessoas. O crescimento baseado na extração do carvão prevaleceu até 1985, quando o setor entra em crise profunda e ocorre a redução de sua produção de 19,7 milhões para 5,5 milhões de toneladas em 1992, deixando de fora do mercado de trabalho mais de 10 mil trabalhadores. (Santos, 1997)

Com a crise do carvão, a região começa a diversificar-se economicamente. Neste sentido, passam a se destacar os setores de alimentos e bebidas, a indústria cerâmica, a indústria têxtil, a indústria de calçados e a de descartáveis plásticos. Especial importância assumiu a indústria cerâmica que, baseada em indústrias de projeção nacional, alavanca os capitais da região, tornando Criciúma um dos maiores pólos produtores de pisos e azulejos no mundo.

Também é emergente, neste contexto de crise do setor carbonífero, a indústria do vestuário, que se expande a partir de meados da década de 80. Assim, houve uma expansão na oferta de empregos neste setor, num primeiro momento. Porém, a introdução de novas tecnologias (seguindo uma tendência mundial) fez aumentar a produtividade do trabalho com a conseqüente expulsão da mão-de-obra menos qualificada.

Nos anos noventa, a economia brasileira entra num processo acentuado de crise. Crise esta que se agrava a partir das desastrosas iniciativas do governo Collor, gerando um processo de reestruturação industrial de caráter defensivo. Em Santa Catarina, por exemplo, somente entre 1991 e 1992, ocorreram mais de quarenta mil desligamentos.

Além disso, parece haver uma tendência de flexibilização nas relações de trabalho, aliada à exigência de escolaridade cada vez mais elevada (sem implicar, necessariamente, em ganhos salariais). Analisando-se os dados do SINE-SC, observa-se que o nível de escolaridade torna-se um fator cada vez mais importante em todos os setores do IBGE. Comparando-se os anos de 1991 e 1996, percebe-se que as empresas da microrregião de Criciúma admitiam seus funcionários com escolaridade baixa. Contudo, com a introdução de novas tecnologias, maior diversificação dos produtos e eficiência, os proprietários que anteriormente não exigiam muita qualificação, passam a inserir, nos seus quadros, funcionários com níveis de escolaridade mais elevados. Assim, os trabalhadores de menor escolaridade e rendimentos mais baixos têm sua situação cada vez mais piorada, pois se encontram na iminência de perderem seus empregos. (Santos, 1997)

Do ponto de vista geral, as transformações tecnológicas ora em curso atingem as mais variadas atividades econômicas e, praticamente, todos os países, estejam ou não investindo em novas tecnologias. As inovações vão de produtos a processos industriais, de novas máquinas a sistemas computadorizados. Este novo paradigma tecnológico e o novo padrão industrial que está em construção no sistema capitalista, desde os anos 80, em resposta à crise que ainda persiste, vêm se autonomizando em relação aos trabalhadores. Isso ocorre, tanto pela via da eliminação dos postos de trabalho, de profissões e de empregos, quanto pela criação dos mais diferentes ritmos e técnicas organizacionais de trabalho.

1.3- Objetivos

1.3.1- Objetivo Geral

Apresentar as principais características dos empregos formais em setores selecionados no município de Criciúma no período compreendido entre 1991 e 1996.

1.3.2- Objetivos Específicos

- Apresentar um breve histórico sobre os aspectos econômicos e sociais da Região Sul de Santa Catarina;
- Identificar as tendências ocupacionais da economia criciumense na década de noventa, destacando particularmente os diferenciais de emprego no estoque de mão-de-obra dos setores selecionados, escolaridade, faixa salarial dos trabalhadores, bem como natureza do vínculo empregatício.

1.4- Metodologia

Num primeiro momento, será efetuado um levantamento bibliográfico de fontes secundárias de dados, permitindo com isso um melhor embasamento histórico e teórico. A análise histórica objetivará compreender a evolução da economia do município de Criciúma e suas características atuais.

A consulta será efetuada junto aos Acervos da Biblioteca Central da UFSC; ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE; ao Sistema Nacional de Empregos – SINE/SC, além de outras fontes de consulta, como revistas e jornais especializados.

Faremos a análise das fontes de dados secundários obtidas do Sistema RAIS do Ministério do Trabalho, disponibilizadas em CD-Rom e apresentadas neste trabalho na forma de tabelas, que servirão de elementos embasadores da análise. Em virtude de serem os principais empregadores de mão-de-obra formal no município de Criciúma, estudaremos os seguintes setores: indústria extrativa mineral, indústria de minerais não metálicos, indústria têxtil, comércio varejista e administração pública (Conforme Tabela 2).

CAPÍTULO II

ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA REGIÃO SUL DE SANTA CATARINA

2.1- Breve Histórico

A colonização da região sul de Santa Catarina, em particular da bacia do rio Araranguá, foi realizada por imigrantes, a partir do final do século XIX, com a chegada de 31 famílias de italianos, basicamente concentradas na agricultura.

Vieram, depois, várias famílias polonesas (1891), localizando-se na Linha Cabral e Linha Batista. Em 1912, surgem os alemães que, ao chegar, fundaram uma colônia em Forquilhinha.

A origem de Criciúma está relacionada a este processo e foi marcada por dois movimentos decisivos: o primeiro, foi o início da exploração do carvão e conseqüente construção da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, e o segundo foi a interrupção da importação do carvão europeu, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Esta interrupção forçou as indústrias brasileiras a utilizarem o carvão nacional, determinando, assim, grande fluxo de geração e circulação de riquezas na região produtora, impulsionando todo o desenvolvimento local.

Entre 1956 e 1966, a malha viária de Criciúma mais do que triplicou, surgindo bairros operários, tanto a leste quanto a oeste da ocupação inicial. Em 1978, surgem os subcentros na periferia e a ocupação vertical torna-se notável, sendo responsáveis pela capacidade de abrigar o possível crescimento da população, ocorrido na década de 70.

Até a década de 60, Criciúma tinha menor importância regional do que Tubarão. Com uma taxa de crescimento elevada, em torno de 11,60%, torna-se o mais importante centro de serviços do sul do Estado, ligados principalmente com a indústria extrativa mineral (carvão) e de minerais não-metálicos (cerâmica). (Santos, 1997)

Dos municípios produtores, Lauro Müller foi o único que teve sua origem ligada à extração do carvão. Antes de sua fundação, a região era trilhada por tropeiros que desciam a Serra do Doze (Serra do Rio do Rastro) rumo a Laguna. Um desses tropeiros teria descoberto, por acaso, em 1827, as pedras que ardiam em fogo, confirmadas mais tarde como carvão mineral. A partir da descoberta do carvão, a área carbonífera do sul do Estado passou a ser objeto de estudos geológicos, que resultariam mais tarde no futuro desenvolvimento econômico da região e na base de estrutura urbana.

O carvão demora para se estabelecer, pois somente em 1841 é feito relatório completo sobre ele, a pedido da Coroa, elaborado pelo Dr. Júlio Parigot, apontando as dificuldades da exploração do mesmo (que fora descoberto em 1827).

As inúmeras tentativas de exploração, durante o século XIX, fracassaram por diversos motivos, como: falta de recursos, distância das minas ao escoadouro, grande controle do governo sobre o carvão, grande qualidade e menor preço do carvão importado da Inglaterra e Alemanha, dificultando a comercialização do carvão nacional.

O início do século XIX é marcado por vários fatores, especialmente pela 1ª Guerra Mundial, que finaliza o primeiro ciclo de exploração do carvão. Este conflito fez com que ocorresse o bloqueio do carvão-vapor, importado pelo Brasil, para uso nas caldeiras de navios. Com isso, várias razões levam o armador carioca, Antônio Lage, a adquirir negócios do Visconde de Barbacena e organizar a firma Lage e Irmãos. Investiu-se, então, maciçamente, na abertura de minas. Foi construído o porto de Imbituba (lavadores), criando o mercado para o carvão nas fábricas de gás e nas companhias de transportes marítimo e ferroviário nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Financiou, também, a construção do farol de Imbituba, construiu uma fábrica de cerâmica para, inicialmente, fabricar louças e sanitários para seus navios, fundou a companhia Docas de Imbituba e o Banco do Sul do Brasil.

Além de Antônio Lage, outros capitalistas do Rio de Janeiro reiniciaram a exploração dos depósitos do Sul, tendo início, assim, o segundo ciclo de exploração do carvão. Em Criciúma, a atividade de exploração do carvão ganha impulso a partir de 1919, com a chegada da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina.

Foram fundadas grandes empresas carboníferas, como a CBCA, Companhia Carbonífera Urussanga S.A., Carbonífera Próspera S.A., e a Companhia Nacional de Mineração de Carvão do Barro Branco.

Pelo grande investimento feito, entretanto, não se obteve o sucesso esperado, em virtude do carvão nacional ainda não possuir mercado consolidado.

Na década de 20, mesmo com baixa qualidade do carvão em relação ao americano, o produto catarinense procura se desenvolver, passando o produto a ser transportado por linha férrea até o porto.

Nos anos 30, a grande depressão na economia mundial cria novamente dificuldades de importação do produto e a Revolução de 30, internamente, dá novo impulso à atividade de extração de carvão mineral em Santa Catarina. Além do carvão, passaram a produzir o setor têxtil, o de fundição e o de linhas.

Com a valorização do carvão nacional, ocorre, assim, uma explicação para o ciclo de desenvolvimento no sul catarinense: a interrupção de fluxos comerciais. Ressalta-se que, neste período, já há uma infra-estrutura na região, com destaque para a Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina. As indústrias têxteis, madeiras e alimentares, bem como as de carvão, a nível estadual, tornaram-se os destaques econômicos neste período. (Santos, 1997)

No sul de Santa Catarina, com o Governo Vargas e a Segunda Grande Guerra, ocorreu a valorização do carvão, cujo consumo é ampliado com a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, em Volta Redonda (RJ), absorvendo o carvão metalúrgico, e com a Termelétrica do Capivari (botelca), consumindo o carvão energético, criando-se a

necessidade de construção, em Capivari de Baixo, ex-distrito de Tubarão, do Lavador de Capivari. Entretanto, com o fim da guerra, o carvão catarinense volta ao segundo plano. (Santos, 1997)

Como conseqüência da criação da CSN, é implantada sua subsidiária, a Carbonífera Próspera, sob a tutela do governo, que começa a explorar carvão nas cidades de Criciúma e Siderópolis, e, mais tarde, passou a escoar sua produção de carvão-vapor para uma termelétrica.

Na década de 50, quando se passa a realizar políticas econômicas a partir do planejamento, ocorre intensa ação estatal: investimentos em infra-estrutura (rodovias, energia, comunicação), em educação, objetivando qualificar a força de trabalho para as indústrias, ampliação de crédito, bem como programas de apoio às empresas.

Muitas minas foram abertas em toda área carbonífera. Nos anos 50 e 60, dezenas de firmas exploravam carvão, sem salientar dezenas de empreiteiras que operavam em concessões de firmas reconhecidas pela União.

Em 1947, foi instalada a Indústria Cerâmica Santa Catarina, em Criciúma, dona da marca Prior, hoje Cesaca.

Nos anos 1952/53, foi fundada a Cerâmica Cocal Ltda; mais tarde, foi comprada por Maximiliano Gaidzinski, nascendo a Cerâmica Eliane (o Grupo Eliane hoje atua também em outros setores).

A criação, por decreto, do "*royalty*" do carvão, aos municípios produtores de carvão, criou movimentos políticos visando a sua exploração nos municípios possuidores do mineral.

No ano de 1962, devido aos problemas causados pela exploração do carvão (problemas já graves existentes), surgiu, em Criciúma, um grupo de estudos sobre os

problemas sociais e sobre os problemas econômicos do carvão, com representantes dos poderes públicos, da CBN, do Sesi, dos sindicatos, entre outros.

A recuperação da economia somente ocorreu em 1966 e, já em 1968, o país começa a reapresentar elevadas taxas de crescimento, as quais continuaram até 1974, quando o Brasil acusou os efeitos da primeira crise do petróleo (1973), que fez o preço do produto quadruplicar em curto espaço de tempo. O encarecimento do petróleo faz assim com que pessoas voltem sua atenção para o carvão.

De 1967 a 1973, vivemos o "milagre brasileiro", um período de extraordinário crescimento econômico, exibindo uma taxa média de crescimento do PIB de 11,2% a. a. O choque do petróleo de 1973 (em nosso entender) foi o grande agente desencadeador de uma série de medidas que iriam provocar o crescimento acelerado da produção carbonífera de 1975 a 1985. Dessas medidas, as principais razões foram a mecanização nos processos de lava e a criação de subsídios.

Em 1974/75, ocorreu a mecanização, como o uso de conjuntos mecanizados americanos, que teve como conseqüência, além de prejuízos à saúde do trabalhador, o aumento da poluição ambiental, a duplicação da produção, entre 1975/78, elevando a capacidade de produção de uma mina de grande porte para aproximadamente 9.000 ton./dia de carvão bruto. As minas primitivas utilizavam técnicas rudimentares: o processo de extração do carvão era manual e não havia preocupação em buscar qualquer avanço técnico para o setor.

Na década de 70, 23.440 pessoas eram dependentes da atividade de mineração de carvão no sul de Santa Catarina. Seis mil pessoas trabalhavam nas empresas mineradoras. O nível de emprego correspondia a 10% do total da mão-de-obra utilizada em toda a região. A partir de 1975, com a mecanização, as condições de trabalho nas minas pioraram, em função do trabalho sem interrupção e da grande quantidade de pó do carvão, fruto do aparente e irrisório investimento em técnicas anti-poluentes e de medidas de prevenção e controle das doenças profissionais. (Santos, 1997)

Em abril de 1983, ocorre a retirada total de subsídios do preço de venda ao consumidor e mantém-se o auxílio ao transporte, que, em julho do mesmo ano, passa a sofrer redução gradual, cabendo ao consumidor do carvão, situado fora da região de produção, a cobertura parcial dos fretes.

CAPÍTULO III

MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL E EM SANTA CATARINA NOS ANOS 90

3.1- Emprego no Brasil

De acordo com a visão oficial, expressa pelo Ministério do Trabalho, o funcionamento do mercado de trabalho de um País requer mudanças em algumas instituições que regulem o mercado de trabalho (Ministério do Trabalho, por exemplo), para a própria adaptação dessas mudanças ocorridas no país, tais como: tecnologia, globalização e outros.

Para o Governo, podem ser ressaltados dois momentos importantes na década de 90, aos quais interagem e surgem como agentes reguladores na economia brasileira:

1) a integração da economia brasileira ao processo de globalização competitiva;
2) a conquista da estabilidade econômica.

O mercado de trabalho brasileiro está passando por algumas transformações nesta década. Essas mudanças originam-se de um lado, da reorientação do modelo brasileiro de desenvolvimento que transitou, a partir de 1990, da industrialização protegida para uma economia aberta e competitiva, e, de outro, do sucesso da estabilidade da moeda. (Santos, 1997).

Para o Ministério do Trabalho (1990, p. 02):

> *A inserção da economia brasileira no processo de globalização trouxe substanciais impactos sobre os fluxos de comércio e de capitais, sobre a base tecnológica, gerencial e organizacional das empresas brasileiras e sobre o mercado de produto e de trabalho. A desindexação, por sua vez, conduziu empregadores e trabalhadores à livre negociação dos seus interesses de natureza econômica, diminuindo o grau de conflito nas relações trabalhistas.*

Para o Governo, em uma economia globalizada e competitiva, pode-se relatar que a questão central do mercado de trabalho é que um aumento de produtividade elevaria a eficiência do sistema econômico, e portanto, as chances de sucesso de uma economia integrada internacionalmente, mas com isso, sofre o impacto de redução do crescimento de produção sobre a geração de empregos.

Por outro lado, há visões alternativas a este tipo de formulação que chamam a atenção para a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre a temática:

> *O agravamento das condições de trabalho no Brasil tem tido desde o início dos anos 90 múltiplas determinações externas ao mercado de trabalho e somente sobre a base de um diagnóstico apropriado poder-se-á formular políticas alternativas efetivamente capazes de enfrentar o grave problema do emprego.* (Mattoso e Baltar, 1996, p. 09).

O Ministério do Trabalho (1990:03) assim se manifesta sobre o problema do emprego:

> *Os requisitos para enfrentar a questão do emprego em uma economia aberta e competitiva reside em:*
> *a) assegurar a estabilidade pelo equacionamento definitivo do déficit público;*
> *b) dar continuidade às mudanças institucionais necessárias para construir um ambiente propício ao crescimento econômico duradouro. Essas mudanças deverão gerar poupança e atrair novos investimentos, nacionais e estrangeiros, ao criarem um ambiente e expectativas favoráveis a um ciclo sustentado de crescimento;*
> *c) investir em capital humano, especialmente na educação básica e secundária das crianças e dos jovens, e na formação profissional da força de trabalho;*
> *d) reformar as instituições que regulam o funcionamento do mercado de trabalho e os conflitos de natureza econômica entre empregadores e trabalhadores.*

Em um documento mais recente (1998), no qual são apresentados dez pontos sobre a situação recente do mercado de trabalho no Brasil, o Ministério do Trabalho, na figura do seu ex-ministro, Edward Amadeo, era apresentada uma visão otimista sobre a questão do

emprego no país. Para Edward Amadeo, podem ser separados três períodos distintos na economia brasileira nos anos noventa, no que diz respeito à distribuição da renda: no período 90 – 92 há uma perda da renda em todos os décimos da população trabalhadora ocupada; no período 92 – 94 há um aumento na concentração da renda e, finalmente, no período 94-97, há uma reversão nos processos dos períodos anteriores, pois a renda se distribui melhor entre os trabalhadores. É destacada ainda a elevação do rendimento do trabalho no período posterior a 1994, já que houve um aumento de 24% nos rendimentos entre janeiro de 1995 e março de 1998 nas Regiões Metropolitanas.

No que diz respeito ao aumento da informalidade, o Governo reconhece como um fato mas diz claramente que não se constitui num problema, já que, com base na Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, pode-se constatar que entre 1993 e 1997 o rendimento real dos trabalhadores com carteira assinada cresceu 19%, o rendimento real dos trabalhadores sem carteira assinada cresceu 58% e dos trabalhadores por conta própria cresceu 58%. Para O Governo, é necessário sim flexibilizar as relações trabalhistas que induzem ao empregador optar pela informalidade.

Por outro lado, o economista Márcio Pochmann, do Instituto de Economia da Unicamp, tem uma visão diversa da oficial. Em artigo publicado na Folha de São Paulo, em 31.01.1999, ele aponta a grande concentração de riqueza nas mãos dos capitalistas nos últimos 18 anos. Em 1980 a soma dos salários, pensões, pagamento de funcionários públicos e receitas dos trabalhadores autônomos representava 50% do PIB. Em 1998 esse total não passa de 36,3%.

Além disso, entre 1989 e 1997 o número de desempregados cresceu 223% no país. E, "*se incorporarmos o ano de 1998*", afirma Pochmann, "o aumento vai a 263%". Para ele, está em curso uma desestruturação do mercado de trabalho no país, já que nos anos oitenta, "*de cada 10 postos de trabalho, 08 eram assalariados. E, nos anos noventa, a cada 10 novas ocupações, 08 eram de não assalariados (autônomos, biscateiros) e os 02 postos assalariados não tinham carteira de trabalho assinada*".

O que se percebe é que a participação dos assalariados com carteira assinada reverteu-se, na década passada, por uma modificação crescente desde 1990, onde existe uma arritmia do emprego protegido (com carteira) vis-à-vis a expansão do emprego assalariado sem carteira assinada e dos trabalhadores por conta própria, ou seja, entre o núcleo mais moderno e socialmente mais protegido do mercado de trabalho e a sua periferia. O resultado deste processo tem sido aumentar a informalidade, revelando que se a economia brasileira, de um lado, estão gerando empregos, de outro, estes são, em boa parte, de baixa qualidade.

No que diz respeito a Santa Catarina, Vieira e Ouriques (1998) apontaram a discrepância entre o crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) e dos Postos Formais de Trabalho (PFT) entre 1986 e 1996:

> *A média anual de crescimento da PEA foi de 2,67% ao ano, enquanto a média anual de crescimento dos PFT foi de 0,86% ao ano. Além de Ter crescido três vezes mais do que os postos de trabalho, a média de crescimento da PEA é maior do que a média de crescimento da população, que foi de 1,38% ao ano entre 1991 e 1996 e 1,85% ao ano nos 16 anos que vão de 1980 a 1996. Como se vê, a população vem crescendo a taxas cada vez menores, não podendo, por isso, Ter determinado o alto crescimento da PEA. (p. 10)*

Para os autores, aliás, há uma correspondência entre acontecimentos da economia brasileira e de Santa Catarina. Destacam que, da mesma forma que o Brasil, aumentou a participação relativa dos serviços no total de emprego entre 1986 e 1996. Apontam ainda a diminuição absoluta e relativa no emprego formal na Administração Pública e na Indústria de Transformação.

Em pesquisa recente, Vieira Filho (1999) aponta também algumas tendências do emprego formal em Santa Catarina, no período 1986 e 1996. No que diz respeito ao nível de emprego formal em Santa Catarina, este autor percebeu o seguinte:

> *[...] o início dos anos 90 foi marcado por uma enorme redução no nível de emprego formal, cuja recuperação é retomada em 1993 e interrompida a partir do segundo trimestre de 1995. Nos três primeiros anos da década (90-92), foram eliminados cerca de 90 mil empregos com carteira assinada no Estado. Nos dois anos seguintes (93-94), a retomada do crescimento econômico possibilitou a criação de pouco mais que 41 mil vagas, que não foram suficientes para compensar o baixo desempenho dos três anos anteriores. (p. 2)*

O texto em questão ainda destaca que a década de noventa pode ser caracterizada como uma década perdida em relação ao emprego formal no Estado, já que foram desativadas quase 103 mil vagas no período. Para o autor,

> *[...] a combinação do crescimento da PEA com o número de empregos com carteira de trabalho desativados sugere que, somente no período considerado, o déficit no mercado formal de trabalho cresceu em quase 490 mil vagas. Este número inclui as pessoas que ficaram desempregadas e aquelas que migraram para o mercado informal de trabalho. (p. 4).*

O Estado de Santa Catarina apresenta nada menos, segundo o Dieese (1996), do que 19,5% de sua força de trabalho na condição de trabalhadores sem remuneração, mesmo trabalhando. Consta, também, que o Estado perdeu, no período entre janeiro de 1990 e junho de 1996, 75.318 empregos na economia formal (trabalhadores com carteira assinada), sendo 19.626 após o Plano Real. Estima-se que, a cada ano, a economia catarinense precise gerar mais de 30.000 empregos para absorver a massa de jovens que ingressam no mercado de trabalho.

No ano de 1996, o comportamento formal no Estado apresentou, conforme o Sistema Nacional de emprego em Santa Catarina – Sine/SC, 327.391 admissões contra 344.106 desligamentos, apresentando um saldo de 16.715 empregos eliminados do mercado de trabalho catarinense. Isto implica no fator importante, muitos desses trabalhadores não são absorvidos novamente no mercado de trabalho e direcionam-se para a informalidade. Esta, por sua vez, associada a níveis salariais mais baixos, maiores jornadas de trabalho, ausência de contribuições previdenciárias, tributárias, etc.

TABELA 1

EVOLUÇÃO ANUAL DO EMPREGO FORMAL EM SANTA CATARINA – 1992/1996

Ano	Total De Admissões	Total De Desligamentos	Saldo	Variação % Admissões (Ano A Ano)	Variação % Desligamentos (ano a ano)
1992	236.085	253.695	-17.610	- -	- -
1993	304.606	287.759	16.847	29,02	13,43
1994	365.911	341.329	24.582	20,12	18,62
1995	394.830	416.195	-21.365	7,90	21,93
1996	327.391	344.106	-16.715	-17,08	-17,32
Total	1.628.823	1.643.084	-14.261	- - -	- - -

Fonte: Sine/SC

Analisando a Tabela 1, pode-se observar que desde o ano de 92 até 95, o total de admissões e desligamentos vêm aumentando; porém, o saldo de vagas no mercado formal foi negativo nos anos de 92 e 95, com número de desligamentos superior ao número de admissões. Em 1996, ocorre redução no número de admissões e demissões de 17,08% e 17,32%, em comparação ao ano de 1995, deixando, com isso, o mercado de trabalho do Estado de Santa Catarina com menos 16.715 vagas.

Esse fator pode ser atrelado a resultados da política econômica de estabilização, que vêm provocando o desemprego, através da diminuição do nível de atividade econômica, determinada pelas constantes medidas de contenção de consumo, associada à prática da elevação da taxa de juros.

O que se pode destacar, como observação final, é a correspondência entre a evolução recente do mercado de trabalho no Brasil e em Santa Catarina, particularmente no que diz respeito ao fraco crescimento dos postos formais de trabalho. Assim, em Santa Catarina parece estar ocorrendo a mesma desestruturação do mercado formal de trabalho verificada em escala nacional.

CAPÍTULO IV

COMPORTAMENTO DO EMPREGO FORMAL EM CRICIÚMA NA DÉCADA DE 90 EM SETORES SELECIONADOS

As informações obtidas junto a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS relativo aos últimos 06 anos, nos mostram a variação ocorrida no estoque total de empregados dos setores selecionados (extrativa mineral, minerais não metálicos, indústria têxtil, comércio varejista e administração pública) em Santa Catarina e Criciúma. Estes setores, conforme Tabela 2, apresentavam no ano de 1991 55,8% do estoque total de mão-de-obra ocupada em Criciúma. Em contrapartida, no ano de 1996, este valor cai para 49,0%, demonstrando, assim, a redução no estoque total de mão-de-obra de 6,8%, como poderemos observar nas Tabelas 3 e 4.

TABELA 2

ESTOQUE TOTAL DE MÃO-DE-OBRA OCUPADA EM CRICIÚMA – 1991 a 1996

SETORES	1991	%	1992	%	1993	%	1994	%	1995	%	1996	%
EXTRAÇÃO MINERAL	5672	12,24	3442	8,02	4107	8,87	3759	7,63	3897	7,62	2572	5,32
MINI NÃO METÁLICOS	5209	11,24	4746	11,06	5777	12,48	6118	12,41	5273	10,31	5095	10,54
IND METAL	617	1,33	571	1,33	633	1,37	1496	3,04	1157	2,26	1206	2,49
IND MECÂNICA	1073	2,32	985	2,30	1070	2,31	864	1,75	815	1,59	586	1,21
ELET E COMUM	24	0,05	17	0,04	70	0,15	50	0,10	70	0,14	38	0,08
MAT TRANSP	80	0,17	64	0,15	62	0,13	128	0,26	127	0,25	132	0,27
MAD E MOBIL	890	1,92	1052	2,45	1285	2,78	1381	2,80	1305	2,55	1337	2,77
PAPEL E GRAF	311	0,67	276	0,64	226	0,49	363	0,74	376	0,74	381	0,79
BOR FUM COUR	166	0,36	439	1,02	423	0,91	386	0,78	317	0,62	274	0,57
IND QUIMICA	2106	4,54	2005	4,67	2214	4,78	2921	5,93	3365	6,58	3516	7,27
IND TEXTIL	2349	5,07	3106	7,24	4208	9,09	4934	10,01	4537	8,87	4710	9,74
IIND CALÇADOS	680	1,47	851	1,98	1033	2,23	741	1,50	187	0,37	46	0,10
ALIM E BEB	2065	4,46	2014	4,69	2224	4,80	2702	5,48	3032	5,93	2557	5,29
SER UTIL PUB	380	0,82	376	0,88	432	0,93	700	1,42	654	1,28	922	1,91
CONST CIVIL	1508	3,25	1146	2,67	1468	3,17	2151	4,36	3020	5,90	1824	3,77
COM VAREJ	4979	10,74	478	1,11	4719	10,19	6962	14,12	6653	13,01	6760	13,98

COM ATACADO	836	1,80	1017	2,37	961	2,08	1314	2,67	819	1,60	746	1,54
INST FINANC	1000	2,16	880	2,05	1081	2,34	1022	2,07	1020	1,99	1007	2,08
ADM TEC PROF	3026	6,53	2520	5,87	2825	6,10	2691	5,46	2977	5,82	2394	4,95
TRAN E COMUM	1740	3,75	1335	3,11	1306	2,82	2053	4,17	2073	4,05	2194	4,54
ALOJ COMUNIC	3486	7,52	3155	7,35	3880	8,38	2064	4,19	2772	5,42	2814	5,82
MED ODON VET	1298	2,80	1255	2,93	1302	2,81	1389	2,82	1413	2,76	1455	3,01
ENSINO	112	0,24	116	0,27	85	0,18	646	1,31	1268	2,48	1266	2,62
ADM PUBLICA	3585	7,73	3529	8,23	3359	7,26	4658	9,45	4541	8,88	4136	8,55
AGRICULTURA	167	0,36	152	0,35	360	0,78	420	0,85	324	0,63	341	0,71
OUTROS	2990	6,45	3478	8,11	479	1,03	1160	2,35	164	0,32	43	0,09
TOTAL	46349	100	42905	100	46289	100	49289	100	51156	100	48352	100

Fonte: Mtb – RAIS – total = 100
Elaboração própria

TABELA 3

MÃO-DE-OBRA EM SETORES SELECIONADOS EM SANTA CATARINA

Setores	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Extr. Min.	7208	5451	5596	5954	5678	4127
Min. não Met.	22173	19692	19569	20962	20010	19738
Ind. Têxtil	78363	71398	85489	98987	92174	87490
Com. Varej.	85357	78808	82736	107259	109886	113926
Adm. Públ.	131696	138737	140079	141144	142081	147581
Total	324797	314086	333469	374306	369829	372862
Setores						
Extr. Min.	100	75,62	77,64	82,60	78,77	57,26
Min. não Met.	100	88,81	88,26	94,54	90,24	89,02
Ind. Têxtil	100	91,11	109,09	126,32	117,62	111,65
Com. Varej.	100	92,33	96,93	125,66	128,74	133,47
Adm. Públ.	100	105,35	106,37	107,17	107,89	112,06
Total	100	96,70	102,67	115,24	113,86	114,80

Fonte: Mtb-Rais Ano Base 1991 = 100

Elaboração própria

TABELA 4

MÃO-DE-OBRA EM SETORES SELECIONADOS EM CRICIÚMA – 1991/1996

SETORES	1991	1992	1993	1994	1995	1996
EXT.MIN.	5672	3442	4107	3759	3897	2572
MIN. N.MET.	5209	4746	5777	6118	5273	5095
IND. TEXTIL	2349	3106	4208	4934	4537	4710
COM. VAREJ	4979	4378	4719	6962	6653	6760
ADM. PÚBL.	3585	3529	3359	4658	4541	4136
TOTAL	21794	19201	2217d0	26431	24901	23273
ÍNDICE DE EMPREGO						
EXT.MIN.	100	60,68	72,41	66,27	68,71	45,35
MIN. N.MET.	100	91,11	110,90	117,45	101,23	97,81
IND. TEXTIL	100	132,23	179,14	210,05	193,15	200,51
COM. VAREJ	100	87,93	94,78	139,83	133,62	135,77
ADM. PÚBL	100	98,44	93,70	129,93	126,67	115,37
TOTAL	100	88,10	101,73	121,28	114,26	106,79

Fonte: Mtb-RAIS – ano base 1991=100
Elaboração própria

Ao compararmos a evolução dos setores selecionados em Santa Catarina e Criciúma, com relação a mão-de-obra ocupada, podemos perceber o seguinte:

a) no que diz respeito à evolução do total de empregos, se compararmos o início e o fim do período (1991 com 1996), houve uma expansão no conjunto dos setores da ordem de 14,80% em Santa Catarina (Tabela 3) contra 6,79% em Criciúma (Tabela 4). Devido a grande importância no total de empregos no setor de extrativa mineral na economia criciumense, seu péssimo desempenho no período foi fundamental para esse descompasso;

b) aliás, no setor em questão, o movimento tanto em Santa Catarina quanto em Criciúma, foi de perda de postos de trabalho no período. O índice cai de 100 em 1991 para, respectivamente, 57,26% e 45,35% em 1996;

c) para o setor de minerais não metálicos, há um movimento simultâneo de queda em 1992. Em 1993 o índice é decrescente em Santa Catarina e crescente em Criciúma . Em 1994, em relação a 1991 o índice continua crescente em Criciúma e ainda decrescente em Santa Catarina. Em 1995 e 1996, os índices são inferiores a 1991 em Santa Catarina. Para

Criciúma, há um movimento de redução em 1995 (com relação a 1994) e uma perda líquida em 1996. Se compararmos apenas 1991 com 1996, a redução foi maior em Santa Catarina, na ordem de 11%. Em Criciúma a redução foi de 2,19%. Tudo leva a crer que a queda menor dos postos de trabalho em Criciúma deve-se a importância crescente da atividade cerâmica na região;

d) Com relação ao setor têxtil, podemos perceber o seguinte: para Santa Catarina, o total de trabalhadores empregados cai em 1992. A partir daí, os índices de emprego são superiores ao ano – base de 1991. Comparando o início e o fim do período, o emprego cresceu 11,65% (Tabela 3). Para Criciúma, a expansão pode ser considerada notável, já que os índices de emprego são superiores ao ano – base de 1991 em todos os anos da série. E terminam o período com o dobro de trabalhadores empregados;

e) Para o Comércio Varejista as trajetórias foram semelhantes. Como pode ser visualizado nas Tabelas II e III, há uma redução nos índices de emprego em 1992 e 1993 e um movimento ascendente tanto em Santa Catarina quanto em Criciúma nos anos seguintes. No final do período, o crescimento do emprego formal foi, respectivamente, de 33,47% e 35,77%;

f) Para o setor de Administração Pública, há uma divergência em 1992 e 1993, já que o índice de emprego cai em Criciúma e segue aumentando em Santa Catarina. Depois, a trajetória é a mesma (sempre tendo 1991 como base). No final do período, o crescimento do emprego formal foi de 12,06% em Santa Catarina e de 15,37% em Criciúma.

Depois de efetuada esta primeira comparação geral, passa-se agora à descrição de outros aspectos (evolução da escolaridade, faixa salarial e natureza do vínculo) nos setores selecionados. Esses aspectos estão anexados a este trabalho na forma de Anexos.

4.1- Extrativa Mineral

Com base nas Tabelas 5, 6 e 7, podemos destacar o seguinte com relação a escolaridade dos admitidos, a faixa salarial dos mesmos e a natureza do vínculo de contração:

TABELA 5

ESTOQUE DE EMPREGOS FORMAIS POR ESCOLARIDADE NO SETOR DE EXTRAÇÃO MINERAL – 1991 A 1996

ANO	Analf.	%	Até 4ª série	%	Até 1º grau compl	%	Até 2º grau compl	%	Super. Compl	%	Total	Total em %
1991	37	0,65	3001	52,91	1905	33,59	542	9,56	187	3,29	5672	100
1992	09	0,26	1841	53,49	1032	29,98	410	11,91	150	4,36	3442	100
1993	570	13,88	1736	42,27	1233	30,02	413	10,06	155	3,77	4107	100
1994	47	1,25	1948	51,82	1231	32,75	393	10,46	140	3,72	3759	100
1995	21	0,54	1869	47,96	1323	33,95	518	13,29	166	4,26	3897	100
1996	19	0,74	1355	52,68	824	32,04	271	10,54	103	4,00	2572	100

Fonte: Mtb-RAIS
Elaboração própria

TABELA 6

FAIXA SALARIAL DOS ADMITIDOS NO SETOR DE EXTRAÇÃO MINERAL DE 1991 A 1996

ANO	0,5 A 1,0	%	1,01 A 3,0	%	3,01 A 5,0	%	5,01 A 10,0	%	10,01 A 20,0	%	mais de 20,0	%	Total	Total em %
1991	6	0,11	569	10,41	2890	52,85	1753	32,06	182	3,33	68	1,24	5468	100
1992	2	0,08	223	8,77	1353	53,23	823	32,38	102	4,01	39	1,53	2542	100
1993	6	0,15	156	3,89	1980	49,33	1665	41,48	161	4,01	46	1,15	4014	100
1994	18	0,49	244	6,64	1692	46,08	1513	41,20	155	4,22	50	1,36	3672	100
1995	20	0,53	157	4,14	1738	45,82	1673	44,11	153	4,03	52	1,37	3793	100
1996	4	0,16	171	6,68	1323	51,72	910	35,57	109	4,26	41	1,60	2558	100

Fonte: Mtb-RAIS
Elaboração própria

TABELA 7

NATUREZA DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO NO SETOR DE EXTRAÇÃO MINERAL DE 1991 A 1996

ANO	CLT	%	ESTAT	%	TRAB AVULSO	%	TRAB TEMPORÁRIO	%	OUTROS	%	Total	Total em %
1991	5668	99,75	0	0,0	0	0,0	1	0,02	13	0,23	5682	100
1992	3961	99,67	0	0,0	0	0,0	0	0,0	13	0,33	3974	100
1993	4107	99,35	0	0,0	0	0,0	0	0,0	27	0,65	4134	100
1994	3177	84,52	0	0,0	0	0,0	0	0,0	582	15,48	3759	100
1995	5272	99,72	3	0,06	0	0,0	0	0,0	12	0,23	5287	100
1996	2550	99,14	2	0,08	0	0,0	0	0,0	20	0,78	2572	100

Fonte: Mtb-RAIS
Elaboração própria

a) escolaridade dos admitidos: o maior número de trabalhadores se concentra no nível de escolaridade até a Quarta Série (52,91% em 1991 e 52,68% em 1996). Depois, há uma forte concentração de trabalhadores que tinham até o 1° grau completo (33,59% em 1991 e 32,04% em 1996). Isso demonstra que não houve alterações no nível de escolaridade exigida no setor. Mesmo porque, como já destacado, tem decrescido o total de postos de trabalho formais em virtude da crise sofrida pela atividade no Sul do Estado;

b) faixa salarial: no que diz respeito a faixa salarial, há uma concentração maior de trabalhadores recebendo entre 3,01 e 5,00 salários mínimos que, apesar de oscilações negativas, termina o período com um percentual próximo ao ano base de 1991 (havia 52,85% em 1991 e 51,72% em 1996). Também há uma concentração importante de trabalhadores recebendo entre 5,01 e 10,00 salários mínimos. Aliás, até houve um aumento no período, já que em 1991 havia 32,06% de trabalhadores nesta faixa e, em 1996, este número passou para 35,57%. Houve um deslocamento, mesmo que pequeno, de trabalhadores para uma faixa salarial mais alta;

c) natureza do vínculo: praticamente não existiram alterações na natureza do vínculo no período considerado. Como já se era de esperar, quase a totalidade de trabalhadores do setor são celetistas, inexistindo trabalhadores avulsos ou temporários.

4.2- Minerais não metálicos

Este setor vem experimentando um importante crescimento desde a década de oitenta, do ponto de vista industrial, na economia de Criciúma. Há empresas muito importantes na região, como o Grupo Eliane, líder no mercado brasileiro, com 17% do faturamento e segundo maior exportador do país; e o Grupo Cecrisa, que exporta para mais de 60 países, com uma participação de 15% do faturamento brasileiro e responsável por 29% das exportações. Resta verificarmos as características do emprego no setor, conforme Tabelas 8, 9 e 10:

TABELA 8

ESTOQUE DE EMPREGOS FORMAIS POR ESCOLARIDADE NO SETOR DE MINERAIS NÃO METÁLICOS DE 1991 A 1996

ANO	Analf.	%	Até 4ª série	%	Até 1° grau compl	%	Até 2° grau compl	%	Super. Compl	%	Total	Total em %
1991	40	0,77	1624	31,18	2567	49,28	738	14,17	240	4,60	5209	100
1992	60	1,26	1281	27,00	2197	46,29	886	18,67	322	6,78	4746	100
1993	63	1,09	1423	24,63	2804	48,54	1130	19,56	357	6,18	5777	100
1994	2056	33,61	1014	16,57	2282	37,30	608	9,94	158	2,58	6118	100
1995	39	0,74	1092	20,71	2431	46,10	1232	23,37	479	9,08	5273	100
1996	09	0,18	1900	37,29	2413	47,36	562	11,03	211	4,14	5095	100

Fonte: Mtb-RAIS
Elaboração própria

TABELA 9

FAIXA SALARIAL DOS ADMITIDOS NO SETOR DE MINERAIS NÃO METÁLICOS DE 1991 A 1996

ANO	0,5 A 1,0	%	1,01 A 3,0	%	3,01 A 5,0	%	5,01 A 10,0	%	10,01 A 20,0	%	mais de 20,0	%	Total	Total em %
1991	98	1,91	1284	25,00	2306	44,90	1123	21,87	241	4,69	84	1,64	5136	100
1992	45	1,31	624	18,12	1635	47,47	882	25,61	190	5,52	68	1,97	3444	100
1993	114	1,99	929	16,26	2223	38,90	1901	33,26	456	7,98	92	1,61	5715	100
1994	110	1,80	1210	19,79	2193	35,86	1913	31,28	556	9,09	133	2,17	6115	100
1995	68	1,30	1176	22,41	1684	32,09	1576	30,04	590	11,24	153	2,92	5247	100
1996	70	1,37	1145	22,39	1895	37,05	1469	28,72	405	7,92	131	2,56	5115	100

Fonte: Mtb-RAIS
Elaboração própria

TABELA 10

NATUREZA DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO NO SETOR DE MINERAIS NÃO METÁLICOS DE 1991 A 1996

ANO	CLT	%	ESTAT	%	TRAB AVULSO	%	TRAB TEMPORÁRIO	%	OUTROS	%	Total	Total em %
1991	5235	99,94	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	0,06	5238	100
1992	4762	99,52	10	0,21	0	0,0	0	0,0	13	0,27	4785	100
1993	5784	99,57	10	0,17	0	0,0	0	0,0	15	0,26	5809	100
1994	6147	99,98	0	0,0	0	0,0	0	0,0	01	0,02	6148	100
1995	1163	100	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1163	100
1996	5108	99,69	0	0,0	0	0,0	0	0,0	16	0,31	5124	100

Fonte: Mtb-RAIS
Elaboração própria

a) escolaridade dos admitidos: o setor concentra mais trabalhadores no grau de escolaridade até 1. Grau completo (49,28% em 1991 e 47,36% em 1996). Há um fato intrigante: há um movimento de aumento do número de trabalhadores com 2. Grau completo até 1993, uma queda importante em 1994 e 1996. Houve uma expulsão dos trabalhadores com maior grau de escolaridade que não é explicada pela redução das faixas de remuneração, como colocado abaixo;

b) faixa salarial: o setor concentra mais trabalhadores na faixa salarial compreendida entre 3,01 e 5,00 salários mínimos (44,90% em 1991 e 37,05% em 1996). A faixa salarial compreendida entre 5,01 e 10,00 salários mínimos concentrou, para os anos citados, 21,87% e 28,72% dos trabalhadores. Pode-se perceber, portanto, a passagem de trabalhadores para uma faixa salarial maior. O setor também concentrava 25% dos trabalhadores na faixa salarial entre 1,01 e 3,00 salários mínimos em 1991. Este percentual passou para 22,39% em 1996. Isto é, também houve uma Ascensão para a faixa intermediária de 3,01 a 5,00 salários mínimos;

c) natureza do vínculo: da mesma forma como constatado para a indústria de extração mineral, não houve nenhuma alteração na natureza do vínculo no período considerado. Também a quase totalidade de trabalhadores do setor são celetistas, não havendo trabalhadores avulsos ou temporários.

4.3- Indústria Têxtil

O setor têxtil se expandiu de forma acentuada em Criciúma. Seu crescimento vem impulsionando a economia regional, abrindo espaço para o surgimento do comércio de máquinas novas e usadas, oficinas mecânicas, lojas de aviamento e bordados, bem como o comércio em geral. As características mais importantes do setor na década de noventa são as seguintes, como podem ser observadas nas Tabelas 11, 12 e 13:

TABELA 11

ESTOQUE DE EMPREGOS FORMAIS POR ESCOLARIDADE NO SETOR TÊXTIL DE 1991 A 1996

ANO	Analf.	%	Até 4ª série	%	Até 1° grau compl	%	Até 2° grau compl	%	Super. Compl	%	Total	Total em %
1991	23	0,98	561	23,88	1504	64,02	218	9,28	43	1,84	2349	100
1992	49	1,58	707	22,76	2018	64,97	287	9,24	45	1,45	3106	100
1993	58	1,38	992	23,57	2598	61,74	495	11,76	65	1,55	4208	100
1994	38	0,77	1451	29,41	2811	56,97	556	11,47	68	1,38	4934	100
1995	27	0,60	1402	30,90	2520	55,54	532	11,73	56	1,23	4537	100
1996	20	0,42	1585	33,66	2583	54,84	455	9,66	67	1,42	4710	100

Fonte: Mtb-RAIS
Elaboração própria

TABELA 12

FAIXA SALARIAL DOS ADMITIDOS NO SETOR TÊXTIL DE 1991 A 1996

ANO	0,5 A 1,0	%	1,01 A 3,0	%	3,01 A 5,0	%	5,01 A 10,0	%	10,01 A 20,0	%	mais de 20,0	%	Total	Total em %
1991	128	5,64	1932	85,15	157	6,92	49	2,16	03	0,13	0	0,0	2269	100
1992	75	4,29	1475	84,43	150	8,59	44	2,52	03	0,17	0	0,0	1747	100
1993	453	10,89	3437	82,60	189	4,54	31	0,75	03	0,07	48	1,15	4161	100
1994	2175	32,54	4127	61,74	241	3,61	104	1,56	16	0,24	21	0,31	6684	100
1995	178	3,92	3997	87,98	257	5,66	99	2,18	11	0,24	01	0,02	4543	100
1996	121	2,53	4264	89,19	285	5,96	95	1,99	14	0,29	02	0,04	4781	100

Fonte: Mtb-RAIS
Elaboração própria

TABELA 13

NATUREZA DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO NO SETOR TÊXTIL DE 1991 A 1996

ANO	CLT	%	ESTAT	%	TRAB AVULSO	%	TRAB TEMPORÁRIO	%	OUTROS	%	Total	Total em %
1991	2351	99,92	0	0,0	0	0,0	0	0,0	02	0,08	2353	100
1992	3103	99,94	01	0,03	0	0,0	0	0,0	01	0,03	3105	100
1993	4222	99,83	01	0,02	01	0,02	01	0,02	04	0,09	4229	100
1994	4894	99,98	01	0,02	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4895	100
1995	4557	99,96	01	0,02	01	0,02	0	0,0	0	0,0	4559	100
1996	4782	99,73	02	0,04	0	0,0	0	0,0	11	0,23	4795	100

Fonte: Mtb-RAIS
Elaboração própria

a) escolaridade dos admitidos: este setor concentrava 23,88% de seus trabalhadores (561 pessoas) que cursaram até a 4ª série em 1991. Em 1996 este percentual passa para 33,66% (um total de 1585). Como o estoque de empregos no setor dobrou no período, como destacado anteriormente, se ampliaram as vagas neste grau de escolaridade, em virtude da proliferação de pequenas e médias empresas no setor que não exigem nível de escolaridade elevado, como destacado por Goulart Filho (1996). Quanto à concentração de trabalhadores com o 1º grau completo, o número absoluto passou de 1.504 em 1991 para 2.583 em 1996. Em termos percentuais, este nível de escolaridade representava 64,02% dos trabalhadores ocupados em 1991 e passou para 54,84% em 1996. Embora tenha crescido de forma absoluta, o decréscimo relativo é devido à grande expansão de novos ocupados até a 4ª série do 1º Grau;

b) faixa salarial: o setor configurou-se no período como aquele que mais concentrou trabalhadores na faixa salarial compreendida entre 1,01 e 3,00 salários mínimos. Parece haver uma correspondência entre a baixa escolaridade exigida e os menores salários pagos . Em 1991 existiam 85,15% dos trabalhadores concentrados nesta faixa salarial. Apesar de ter havido uma redução nos anos de 1992, 1993, 1994 (respectivamente 84,43%, 82,60% e 61,74%), o setor volta a concentrar trabalhadores na faixa salarial citada, superando o ano base de 1991, pois em 1995 existiam 87,98% de trabalhadores ganhando entre 1,01 e 3,00 salários mínimos e, em 1996 haviam 89,19% de trabalhadores nesta faixa salarial;

c) natureza do vínculo: da mesma forma como constatado para a indústria de extração mineral e a indústria de minerais não metálicos, não houve nenhuma alteração na natureza do vínculo no período considerado. Como pode ser constatado nos Anexos que tratam da natureza do vínculo, a quase totalidade de trabalhadores do setor são celetistas, não havendo trabalhadores avulsos ou temporários.

4.4- Comércio Varejista

Na esteira da expansão do setor terciário da economia, também em Criciúma pode ser percebida esta realidade, exemplificada aqui pelo comércio varejista. Afinal de contas, em apenas 06 anos, o estoque de trabalhadores ocupados no setor cresceu 35,77%. Podemos destacar, com base nas Tabelas 14, 15 e 16, as seguintes características dos empregos no setor:

TABELA 14

ESTOQUE DE EMPREGOS FORMAIS POR ESCOLARIDADE NO SETOR DO COMÉRCIO VAREJISTA DE 1991 A 1996

ANO	Analf.	%	Até 4ª série	%	Até 1º grau compl	%	Até 2º grau compl	%	Super. Compl	%	Total	Total em %
1991	33	0,66	745	14,96	2627	52,76	1400	28,12	174	3,50	4979	100
1992	32	0,73	563	12,86	2431	55,53	1190	27,18	162	3,70	4378	100
1993	28	0,59	529	11,21	2562	54,29	1442	30,56	158	3,85	4719	100
1994	39	0,56	935	13,43	3773	54,19	1968	28,27	247	3,55	6962	100
1995	35	0,53	925	13,90	3318	49,87	2095	31,49	280	4,21	6653	100
1996	55	0,81	1208	17,88	3267	48,32	1935	28,62	295	4,37	6760	100

Fonte: Mtb-RAIS
Elaboração própria

TABELA 15

FAIXA SALARIAL DOS ADMITIDOS NO SETOR DO COMÉRCIO VAREJISTA DE 1991 A 1996

ANO	0,5 A 1,0	%	1,01 A 3,0	%	3,01 A 5,0	%	5,01 A 10,0	%	10,01 A 20,0	%	mais de 20,0	%	Total	Total em %
1991	72	4,76	1999	62,20	948	20,62	420	9,89	44	1,98	04	0,55	4942	100
1992	148	3,65	2482	61,18	904	22,28	423	10,43	85	2,10	15	0,37	4057	100
1993	282	6,02	3346	71,45	668	14,26	332	7,09	47	1,00	08	0,17	4683	100
1994	363	5,25	4076	58,90	1542	22,28	747	10,79	170	2,46	22	0,32	6920	100
1995	229	3,46	3981	60,10	1490	22,49	696	10,51	202	3,05	26	0,39	6624	100
1996	201	2,92	3993	57,95	1777	25,79	714	10,36	179	2,60	26	0,38	6890	100

Fonte: Mtb-RAIS
Elaboração própria

TABELA 16

NATUREZA DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO NO SETOR DO COMÉRCIO VAREJISTA DE 1991 A 1996

ANO	CLT	%	ESTAT	%	TRAB AVULSO	%	TRAB TEMPORÁRIO	%	OUTROS	%	Total	Total em %
1991	4943	99,84	0	0,0	01	0,02	02	0,04	05	0,10	4951	100
1992	4344	99,13	0	0,0	13	0,30	07	0,16	18	0,41	4382	100
1993	4710	99,60	0	0,0	0	0,0	0	0,0	19	0,40	4729	100
1994	6802	98,41	02	0,03	04	0,06	01	0,01	103	1,49	6912	100
1995	6703	99,96	0	0,0	0	0,0	0	0,0	03	0,04	6706	100
1996	6881	99,81	02	0,03	0	0,0	01	0,01	10	0,15	6894	100

Fonte: Mtb-RAIS
Elaboração própria

a) escolaridade dos admitidos: para a exigência até a 4ª série, o movimento no período estudado foi de moderado crescimento, já que 14,96% dos trabalhadores estavam nesta situação em 1991, o total cai nos anos de 1992 e 1993 (12,86% e 11,21%). Depois, há crescimento em 1994 e 1995 (13,43% e 13,90%) e termina o período com 17,88% das pessoas ocupadas neste nível de escolaridade. Para a exigência até o 1° Grau completo, o movimento foi um pouco diferente, já que a maioria das pessoas ocupadas estava nesta situação em 1991 (52,76%), aumentando a concentração nos anos seguintes (55,53% em

1992, 54,29% em 1993, 54,19% em 1994). Contudo, em 1995 e 1996 há uma redução (49,87% e 48,32%) associada ao crescimento do nível de escolaridade seguinte (até o 2° Grau completo), que passa de 28,12% em 1991 para 31,49% em 1995 e 28,62% em 1996). Embora tenha terminado o período com valores semelhantes no nível de escolaridade de 2° Grau completo, a expansão absoluta foi importante (de 1.442 trabalhadores em 1991 para 1.935 em 1996);

b) faixa salarial: o comércio varejista, entre os setores selecionados, foi o segundo em termos de concentrar mais trabalhadores na faixa salarial compreendida entre 1,01 e 3,00 salários mínimos. Em 1991 estavam nesta faixa 62,20% dos trabalhadores. Este percentual cai para 61,18% em 1992, sobe para 71,45% em 1993, cai novamente em 1994 (58,90%), volta a subir em 1995 (60,10%) e cai novamente em 1996 para 57,95%. Concomitantemente, a faixa salarial compreendida entre 3,01 e 5,00 salários mínimos acompanha este movimento. Em 1991, 20,62% dos trabalhadores recebiam salários nesta faixa salarial, aumentando para 25,79% em 1996. Há uma nítida concentração de trabalhadores em faixas salariais mais baixas. Devemos ressaltar aqui que o Estudo Regional do DIEESE, publicado recentemente (1999), ao tratar da Reestruturação Tecnólogica e Emprego no Comércio em Santa Catarina, aponta a concentração de trabalhadores nas faixas salariais mais baixas. Portanto, Criciúma nada mais faz do que reproduzir condições de salário similares ao Estado de Santa Catarina;

c) natureza do vínculo: da mesma forma que os outros setores já citados, no comércio varejista o vínculo celetista é praticamente absoluto, quase não existindo trabalhadores avulsos ou temporários.

4.5- Administração Pública

A Administração Pública é um importante setor, no tocante à ocupação de mão-de-obra, na economia da Criciúma, tendo crescido o emprego em 15,37% no período 1991-1996. O setor, nas variáveis selecionadas, apresentou os seguintes aspectos, retratados nas Tabelas 17, 18 e 19:

TABELA 17

ESTOQUE DOS EMPREGOS FORMAIS POR ESCOLARIDADE NO SETOR DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE 1991 A 1996

ANO	Analf.	%	Até 4ª série	%	Até 1° grau compl	%	Até 2° grau compl	%	Super. Compl	%	Total	Total em %
1991	68	1,90	1108	30,91	1096	30,57	901	25,13	412	11,49	3585	100
1992	61	1,73	808	22,90	13,16	37,29	913	25,87	431	12,21	3529	100
1993	277	8,24	853	25,39	445	13,25	1281	38,14	503	14,98	3359	100
1994	247	5,30	1322	28,38	646	13,88	1734	37,22	709	15,22	4658	100
1995	229	5,04	908	20,00	712	15,68	1922	42,32	770	16,96	4541	100
1996	202	4,88	953	23,04	811	19,61	1507	36,44	663	16,03	4136	100

Fonte: Mtb-RAIS
Elaboração própria

TABELA 18

FAIXA SALARIAL DOS ADMITIDOS NO SETOR DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE 1991 A 1996

ANO	0,5 A 1,0	%	1,01 A 3,0	%	3,01 A 5,0	%	5,01 A 10,0	%	10,01 A 20,0	%	mais de 20,0	%	Total	Total em %
1991	72	2,06	1999	57,33	948	27,19	420	12,04	44	1,26	04	0,11	3487	100
1992	24	1,37	941	53,62	523	29,80	252	14,36	11	0,63	04	0,23	1755	100
1993	80	2,43	2509	76,15	477	14,48	222	6,74	07	0,21	0	0,0	3295	100
1994	93	2,37	2385	60,84	834	21,28	504	12,86	79	2,02	25	0,64	3920	100
1995	31	0,70	2429	54,55	1077	24,19	666	14,96	229	5,14	21	0,47	4453	100
1996	27	0,65	2005	48,55	1073	25,98	779	18,86	214	5,18	32	0,77	4130	100

Fonte: Mtb-RAIS
Elaboração própria

TABELA 19

NATUREZA DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO NO SETOR DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE 1991 A 1996

ANO	CLT	%	ESTAT	%	TRAB AVULSO	%	TRAB TEMPORÁRIO	%	OUTROS	%	Total	Total em %
1991	3160	88,10	337	9,40	0	0,0	0	0,0	90	2,51	3587	100
1992	1588	84,56	205	10,92	01	0,05	0	0,0	84	4,47	1878	100
1993	1549	46,17	1672	49,84	01	0,03	07	0,21	126	3,76	3355	100
1994	2611	56,08	2032	43,64	0	0,0	09	0,19	04	0,09	4656	100
1995	2016	44,38	2516	55,38	0	0,0	11	0,24	0	0,0	4543	100
1996	2164	52,31	1959	47,35	0	0,0	14	0,34	0	0,0	4137	100

Fonte: Mtb-RAIS
Elaboração própria

a) escolaridade dos admitidos: é digno de destaque neste setor, contrastando com as observações anteriores, a participação de trabalhadores com curso superior completo. Era de 11,49% em 1991 e cresce em todos os anos de série, chegando a 1996 com 16,03% de trabalhadores com curso superior. O setor também tem uma forte concentração de trabalhadores no grau de escolaridade imediatamente inferior (2° grau completo). Em 1991 tínhamos 25,13% de pessoas nesta condição. Este total sobe para 36,44% em 1996. Por outro lado, no grau de escolaridade até a 4ª série, há uma redução em 1996 com relação a 1991. Neste ano, 30,91% dos trabalhadores estavam concentrados neste grau de escolaridade, caindo para 23,04% em 1996;

b) faixa salarial: a maior concentração de trabalhadores, mesmo decrescente, está na faixa entre 1,01 e 3,00 salários mínimos, que ocupava 57,33% em 1991 e passa a ocupar 48,55% em 1996. Por outro lado, há um crescimento (que parece estar atrelado ao crescimento da participação dos níveis de escolaridade mais elevados) na faixa salarial compreendida entre 5,01 e 10,0 salários mínimos. Isso porque 12,04% dos trabalhadores estavam nesta faixa em 1991 e este número sobe para 18,86% em 1996. Na faixa salarial intermediária, a compreendida entre 3,01 a 5,00 salários mínimos, o movimento é de leve redução (27,19% em 1991 para 25,98% em 1996);

c) natureza do vínculo: neste setor há praticamente uma divisão entre vínculos celetistas e estatutários. Contudo, o movimento é de crescimento da participação dos vínculos estatutários no período. Os celetistas representavam 88,10% dos trabalhadores em 1991 e passam a representar 52,31% em 1996. Os estatutários, que representavam 9,40% em 1991, passam a ocupar 47,35% dos trabalhadores em 1996. O determinante nesta mudança foi a existência, a partir da Constituição de 1988, do Regime Jurídico Único, o qual a União, Estados e Municípios eliminam os vínculos celetistas na administração direta.

Como derradeira observação, podemos destacar a mudança que vem ocorrendo na região de Criciúma, no sentido de reestruturação econômica, determinada pela crise da economia carbonífera, que fez crescerem outras atividades econômicas, como a indústria cerâmica e a têxtil. É importante também lembrar que o emprego formal em Criciúma cresceu mais do que a economia catarinense no período estudado, o que nos leva a afirmar que há regiões catarinenses que podem estar em situação pior, no sentido da criação de postos formais de trabalho.

CAPÍTULO V

CONCLUSÃO

Os setores de minerais não metálicos e indústria têxtil alteraram os cenários econômico e social da região carbonífera. Setores relativamente novos que prosperaram e geraram grandes expectativas para as próximas décadas.

A extração mineral e a descoberta do carvão foi fundamental para a economia sul-catarinense. Por quase um século a exploração do carvão foi um dos destaques do crescimento econômico da região.

Apesar da crise sofrida pelo setor a partir de 1986, a extração mineral tenta recuperar-se, hoje produzindo exclusivamente para a Eletrosul.

Cada segmento passou por uma crise (não tão acentuada como o carvão) e cada um tentou solucionar o problema da seguinte forma: o setor cerâmico através da sua inserção no mercado internacional e o setor têxtil tornando-se mais agressivo, passando a comercializar diretamente sua produção nos mais de 100 shoppings de fábricas espalhados pela rodovia.

Como conseqüência deste aumento da oferta de mão-de-obra na região, o preço do trabalho sofre uma redução em quase todos os setores. Podemos citar por exemplo, a indústria do vestuário que paga os menores salários do segmento em Santa Catarina (Anexo I– Tabelas 26 a 31).

A região hoje está tentando se diversificar com preponderância, mas os setores mais dinâmicos são o cerâmico e têxtil, não esquecendo do comércio varejista e administração pública, que possuem expressivo montante de pessoas ocupadas. Recuperaram-se positivamente após a crise do carvão, porém alguns setores precisam aprimorar-se

tecnologicamente (como é o caso da indústria têxtil) para conseguirem melhores produtos e maior competitividade internacional.

Pode-se então concluir que o setor de extração mineral é o responsável pelo baixo crescimento no conjunto da economia da região carbonífera aumentando apenas 6,79% entre 1996 a 1991. Este setor foi importantíssimo para o crescimento de Criciúma e hoje ainda tenta recuperar-se da crise sofrida a partir dos anos 80.

O setor de minerais não metálicos é de grande importância, sendo bastante atualizado tecnologicamente e possuir altos níveis de pesquisa e desenvolvimento. Este setor abriu às portas da região para a competição externa e ampliou seu espaço no mercado internacional. Destaca-se como grande absorvedor de mão-de-obra até 1996.

O setor têxtil tornou-se um dos maiores absorvedores de mão-de-obra, pois tem trabalhadores em abundância, paga baixos salários e exige baixo nível de escolaridade.

O comércio varejista destacou-se na região de Criciúma sendo importante no crescimento do estoque de mão-de-obra, pois vem crescendo nos últimos 06 anos em ritmo acelerado. O problema encontrado neste setor compara-se ao da indústria têxtil (conforme mencionado anteriormente), pagando salários baixos (na faixa entre 1,0 a 3,0 salários mínimos) e não exigir mão-de-obra qualificada.

A administração pública equipara-se aos setores de indústria têxtil e comércio varejista, porém vem destacando-se no crescimento da economia global.

O que fica claro no estudo em questão é uma certa diversificação da região, como resposta à crise sofrida pelo carvão e a conseqüente redução de mão-de-obra no setor da extração mineral sendo absorvidas por outros setores (minerais não metálicos, indústria têxtil, comércio varejista e administração pública). Além disso, foi possível perceber uma diferença entre os setores no que diz respeito à concentração nas faixas salariais. Os setores minerais e minerais não metálicos concentram trabalhadores na faixa salarial de 3,01 a 5,0 e 5,01 a 10,0 salários mínimos, em contraposição aos demais setores analisados, que concentram

trabalhadores na faixa salarial de 1,01 a 3,0 salários mínimos. O mesmo se verificou no grau de escolaridade exigido, já que esses setores (minerais não metálicos e extração mineral) são os que exigem maior nível de escolaridade.

Em estudos posteriores, recomendamos uma análise mais aprofundada dos aspectos aqui esboçados e até mesmo uma análise comparativa entre microrregiões catarinenses, de forma a perceber aspectos do mercado formal de trabalho que aqui não foram delineados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A ESTRUTURA URBANA CATARINENSE. Atlas de Santa Catarina, 1986.

AMADEO, Edward. **Mercado de trabalho brasileiro**: rumos, desafios e o papel do Ministério do Trabalho. Câmara dos Deputados, 14 de maio de 1998.

BALANÇO ANUAL. **Gazeta Mercantil**. Ano iv, n. 4. Julho de 1997.

BALANÇO ANUAL. **Gazeta Mercantil**. Ano v, n. 5. Setembro de 1998.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. Santa Catarina. Análise. Florianópolis, 1998.

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho, 1991-1996.

CARNEIRO, Francisco Galrão. **Informalidade e terceirização**: duas tendências opostas. Revista de Economia Política, vol. 14, n. 4 (56), outubro/dezembro de 1994.

DIEESE. Qualificação, formação e emprego em Santa Catarina: quadro crítico da situação dos trabalhadores. N. 2, Florianópolis, dezembro de 1997.

_____. Reestruturação tecnológica e emprego no comércio em Santa Catarina. Florianópolis, janeiro de 1999.

ENCARTE ECONOMIA. Juro faz desemprego bater um novo recorde. **Diário Catarinense**, p. 18, março de 1998.

GOULARTI FILHO, Alcides. **A inserção da indústria do vestuário na economia do sul de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, setembro de 1995.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Secretaria do Desenvolvimento Social e da Família. Informativo – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Junho de 1996.

LAVINAS, Lena.; GARCIA, Eduardo Henrique. e AMARAL, Marcelo Rubens do. Desigualdades regionais: indicadores sócio-econômicos nos anos 90. (Artigo). **Revista Econômica do Nordeste**. v. 27, n. 4, p. 857-891, outubro/dezembro de 1996.

LINS, Hoyêdo Nunes. **Relações estado-região**: desafios fin-de-siècle. N. 03/97, Florianópolis: UFSC, 1997.

MATTOSO, Jorge Eduardo L. e BALTAR, Paulo Eduardo de A. **Transformações estruturais e emprego nos anos 90**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Emprego no Brasil**: diagnóstico e políticas, 1990.

PIDSE – Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio-Econômico: diagnóstico municipal de Criciúma, Florianópolis, 1990.

POCHMANN, Márcio. Cai rendimento do trabalho sob o PIB. **Jornal Folha de São Paulo**, 31.01.1999.

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. 1991-1996.

RAMOS, Lauro. e REIS, José Guilherme Almeida. **Emprego no Brasil nos anos 90**. Rio de Janeiro: IPEA, março de 1997.

SANTA CATARINA. Atlas de Santa Catarina. Rio de Janeiro. Aerofoto Cruzeiro, 1986.

SANTOS, Maurício Aurélio dos. **Crescimento e crise na região sul de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UDESC, 1997.

SOUZA, Adriana Martins de. **As características dos empregos no setor comércio de Florianópolis nos últimos cinco anos**: realidades e perspectivas, 1997.

VIEIRA, Pedro Antonio e OURIQUES, Helton Ricardo. **O mercado formal em Santa Catarina no período 1986 – 1996**: primeiras evidências. (Artigo). Florianópolis: UFSC, 1998.

VIEIRA FILHO, Osnildo. **Principais tendências do emprego formal em Santa Catarina**. Florianópolis, SINE, 1999.

ANEXOS

ANEXO I

TABELA 20

ESTOQUE DE EMPREGOS FORMAIS POR ESCOLARIDADE - 1991

Setores	Analf.	%	Até 4ª série	%	Até 1° grau compl	%	Até 2° grau compl	%	Super. Compl	%	Total	Total em %
Extração Mineral	37	0,65	3001	52,91	1905	33,59	542	9,56	187	3,29	5672	100
Min. Não metálicos	40	0,77	1624	31,18	2567	49,28	738	14,17	240	4,60	5209	100
Indústria Têxtil	23	0,98	561	23,88	1504	64,02	218	9,28	43	1,84	2349	100
Com. Varejista	33	0,66	745	14,96	2627	52,76	1400	28,12	174	3,50	4979	100
Adm. Pública	68	1,90	1108	30,91	1096	30,57	901	25,13	412	11,49	3585	100

Fonte: Mtb-RAIS
Elaboração própria

TABELA 21

ESTOQUE DE EMPREGOS FORMAIS POR ESCOLARIDADE – 1992

Setores	Analf.	%	Até 4ª série	%	Até 1° grau compl	%	Até 2° grau compl	%	Super compl	%	Total	Total em %
Extração Mineral	09	0,26	1841	53,49	1032	29,98	410	11,91	150	4,36	3442	100
Min. Não metálicos	60	1,26	1281	27,00	2197	46,29	886	18,67	322	6,78	4746	100
Indústria Têxtil	49	1,58	707	22,76	2018	64,97	287	9,24	45	1,45	3106	100
Com. Varejista	32	0,73	563	12,86	2431	55,53	1190	27,18	162	3,70	4378	100
Adm. Pública	61	1,73	808	22,90	1316	37,29	913	25,87	431	12,21	3529	100

Fonte: Mtb-RAIS
Elaboração própria

TABELA 22

ESTOQUE DE EMPREGOS FORMAIS POR ESCOLARIDADE - 1993

Setores	Analf.	%	Até 4ª série	%	Até 1º grau compl	%	Até 2º grau compl	%	superior compl	%	Total	Total em %
Extração Mineral	570	13,88	1736	42,27	1233	30,02	413	10,06	155	3,77	4107	100
Min. Não metálicos	63	1,09	1423	24,63	2804	48,54	1130	19,56	357	6,18	5777	100
Indústria Têxtil	58	1,38	992	23,57	2598	61,74	495	11,76	65	1,55	4208	100
Com. Varejista	28	0,59	529	11,21	2562	54,29	1442	30,56	158	3,35	4719	100
Adm. Pública	277	8,24	853	25,39	445	13,25	1281	38,14	503	14,98	3359	100

Fonte: Mtb-RAIS
Elaboração própria

TABELA 23

ESTOQUE DE EMPREGOS FORMAIS POR ESCOLARIDADE - 1994

Setores	Analf.	%	Até 4ª série	%	Até 1º grau compl	%	Até 2º grau compl	%	superior compl	%	Total	Total em %
Extração Mineral	47	1,25	1948	51,82	1231	32,75	393	10,46	140	3,72	3759	100
Min. Não metálicos	2056	33,61	1014	16,57	2282	37,30	608	9,94	158	2,58	6118	100
Indústria Têxtil	38	0,77	1451	29,41	2811	56,97	566	11,47	68	1,38	4934	100
Com. Varejista	39	0,56	935	13,43	3773	54,19	1968	28,27	247	3,55	6962	100
Adm. Pública	247	5,30	1322	28,38	646	13,88	1734	37,22	709	15,22	4658	100

Fonte: Mtb-RAIS
Elaboração própria

TABELA 24

ESTOQUE DE EMPREGOS FORMAIS POR ESCOLARIDADE - 1995

Setores	Analf.	%	Até 4ª série	%	Até 1° grau compl	%	Até 2° grau compl	%	superior compl	%	Total	Total em %
Extração Mineral	21	0,54	1869	47,96	1323	33,95	518	13,29	166	4,26	3897	100
Min. Não metálicos	39	0,74	1092	20,71	2431	46,10	1232	23,37	479	9,08	5273	100
Indústria Têxtil	27	0,60	1402	30,90	2520	55,54	532	11,73	56	1,23	4537	100
Com. Varejista	35	0,53	925	13,90	3318	49,87	2095	31,49	280	4,21	6653	100
Adm. Pública	229	5,04	908	20,00	712	15,68	1922	42,32	770	16,96	4541	100

Fonte: Mtb-RAIS
Elaboração própria

TABELA 25

ESTOQUE DE EMPREGOS FORMAIS POR ESCOLARIDADE - 1996

Setores	Analf.	%	Até 4ª série	%	Até 1° grau compl	%	Até 2° grau compl	%	superior compl	%	Total	Total em %
Extração Mineral	19	0,74	1355	52,68	824	32,04	271	10,54	103	4,00	2572	100
Min. Não metálicos	09	0,18	1900	37,29	2413	47,36	562	11,03	211	4,14	5095	100
Indústria Têxtil	20	0,42	1585	33,66	2583	54,84	455	9,66	67	1,42	4710	100
Com. Varejista	55	0,81	1208	17,88	3267	48,32	1935	28,62	295	4,37	6760	100
Adm. Pública	202	4,88	953	23,04	811	19,61	1507	36,44	663	16,03	4136	100

Fonte: Mtb-RAIS
Elaboração própria

TABELA 26

FAIXA SALARIAL DOS ADMITIDOS EM SETORES ECONÔMICOS SELECIONADOS EM CRICIÚMA – 1991

SETORES	0,5 a 1,0	1,01 a 3,0	3,01 a 5,0	5,01 a 10,0	10,01 a 20,0	Mais de 20,0	TOTAL
EXT.MIN.	6	569	2890	1753	182	68	5468
MIN. N. MET.	98	1284	2306	1123	241	84	5136
IND. TEXTIL	128	1932	157	49	3	0	2269
COM. VAREJ	235	3074	1019	489	98	27	4942
ADM. PÚBL.	72	1999	948	420	44	4	3487
TOTAL	539	8858	7320	3834	568	183	21302
FAIXA SALARIAL EM PERCENTUAL							
EXT.MIN.	0,11	10,41	52,85	32,06	3,33	1,24	100,00
MIN. N. MET.	1,91	25,00	44,90	21,87	4,69	1,64	100,00
IND. TEXTIL	5,64	85,15	6,92	2,16	0,13	0,00	100,00
COM. VAREJ	4,76	62,20	20,62	9,89	1,98	0,55	100,00
ADM. PÚBL.	2,06	57,33	27,19	12,04	1,26	0,11	100,00

Fonte: Mtb-RAIS
Elaboração própria

TABELA 27

FAIXA SALARIAL DOS ADMITIDOS EM SETORES ECONÔMICOS SELECIONADOS EM CRICIÚMA - 1992

SETORES	0,5 a 1,0	1,01 a 3,0	3,01 a 5,0	5,01 a 10,0	10,01 a 20,0	Mais de 20,0	TOTAL
EXT.MIN.	2	223	1353	823	102	39	2542
MIN. N. MET.	45	624	1635	882	190	68	3444
IND. TEXTIL	75	1475	150	44	3	0	1747
COM. VAREJ	148	2482	904	423	85	15	4057
ADM. PÚBL.	24	941	523	252	11	4	1755
TOTAL	294	5745	4565	2424	391	126	13545
FAIXA SALARIAL EM PERCENTUAL							
EXT.MIN.	0,08	8,77	53,23	32,38	4,01	1,53	100,00
MIN. N. MET.	1,31	18,12	47,47	25,61	5,52	1,97	100,00
IND. TEXTIL	4,29	84,43	8,59	2,52	0,17	0,00	100,00
COM. VAREJ	3,65	61,18	22,28	10,43	2,10	0,37	100,00
ADM. PÚBL.	1,37	53,62	29,80	14,36	0,63	0,23	100,00

Fonte: Mtb-RAIS
Elaboração própria

TABELA 28

FAIXA SALARIAL DOS ADMITIDOS EM SETORES ECONÔMICOS SELECIONADOS EM CRICIÚMA - 1993

SETORES	0,5 a 1,0	1,01 a 3,0	3,01 a 5,0	5,01 a 10,0	10,01 a 20,0	Mais de 20,0	TOTAL
EXT.MIN.	6	156	1980	1665	161	46	4014
MIN. N. MET.	114	929	2223	1901	456	92	5715
IND. TEXTIL	453	3437	189	31	3	48	4161
COM. VAREJ	282	3346	668	332	47	8	4683
ADM. PÚBL.	80	2509	477	222	7	0	3295
TOTAL	935	10377	5537	4151	64	194	21868
FAIXA SALARIAL EM PERCENTUAL							
EXT.MIN.	0,15	3,89	49,33	41,48	4,01	1,15	100,00
MIN. N. MET.	1,99	16,26	38,90	33,26	7,98	1,61	100,00
IND. TEXTIL	10,89	82,60	4,54	0,75	0,07	1,15	100,00
COM. VAREJ	6,02	71,45	14,26	7,09	1,00	0,17	100,00
ADM. PÚBL.	2,43	76,15	14,48	6,74	0,21	0,00	100,00

Fonte: Mtb-RAIS
Elaboração própria

TABELA 29

FAIXA SALARIAL DOS ADMITIDOS EM SETORES ECONÔMICOS SELECIONADOS EM CRICIÚMA - 1994

SETORES	0,5 a 1,0	1,01 a 3,0	3,01 a 5,0	5,01 a 10,0	10,01 a 20,0	Mais de 20,0	TOTAL
EXT.MIN.	18	244	1692	1513	155	50	3672
MIN. N. MET.	110	1210	2193	1913	556	133	6115
IND. TEXTIL	2175	4127	241	104	16	21	6684
COM. VAREJ	363	4076	1542	747	170	22	6920
ADM. PÚBL.	93	2385	834	504	79	25	3920
TOTAL	2759	12042	6502	4781	976	251	27311
FAIXA SALARIAL EM PERCENTUAL							
EXT.MIN.	0,49	6,64	46,08	41,20	4,22	1,36	100,00
MIN. N. MET.	1,80	19,79	35,86	31,28	9,09	2,17	100,00
IND. TEXTIL	32,54	61,74	3,61	1,56	0,24	0,31	100,00
COM. VAREJ	5,25	58,90	22,28	10,79	2,46	0,32	100,00
ADM. PÚBL.	2,37	60,84	21,28	12,86	2,02	0,64	100,00

Fonte: Mtb-RAIS
Elaboração própria

TABELA 30

FAIXA SALARIAL DOS ADMITIDOS EM SETORES ECONÔMICOS SELECIONADOS EM CRICIÚMA - 1995

SETORES	0,5 a 1,0	1,01 a 3,0	3,01 a 5,0	5,01 a 10,0	10,01 a 20,0	Mais de 20,0	TOTAL
EXT.MIN.	20	157	1738	1673	153	52	3793
MIN. N. MET.	68	1176	1684	1576	590	153	5247
IND. TEXTIL	178	3997	257	99	11	1	4543
COM. VAREJ	229	3981	1490	696	202	26	6624
ADM. PÚBL.	31	2429	1077	666	229	21	4453
TOTAL	526	11740	6246	4710	1185	253	24660
FAIXA SALARIAL EM PERCENTUAL							
EXT.MIN.	0,53	4,14	45,82	44,11	4,03	1,37	100,00
MIN. N. MET.	1,30	22,41	32,09	30,04	11,24	2,92	100,00
IND. TEXTIL	3,92	87,98	5,66	2,18	0,24	0,02	100,00
COM. VAREJ	3,46	60,10	22,49	10,51	3,05	0,39	100,00
ADM. PÚBL.	0,70	54,55	24,19	14,96	5,14	0,47	100,00

Fonte: Mtb-RAIS
Elaboração própria

TABELA 31

FAIXA SALARIAL DOS ADMITIDOS EM SETORES ECONÔMICOS SELECIONADOS EM CRICIÚMA - 1996

SETORES	0,5 a 1,0	1,01 a 3,0	3,01 a 5,0	5,01 a 10,0	10,01 a 20,0	Mais de 20,0	TOTAL
EXT.MIN.	4	171	1323	910	109	41	2558
MIN. N. MET.	70	1145	1895	1469	405	131	5115
IND. TEXTIL	121	4264	285	95	14	2	4781
COM. VAREJ	201	3993	1777	714	179	26	6890
ADM. PÚBL.	27	2005	1073	779	214	32	4130
TOTAL	423	11578	6353	3967	921	232	23474
FAIXA SALARIAL EM PERCENTUAL							
EXT.MIN.	0,16	6,68	51,72	35,57	4,26	1,60	100,00
MIN. N. MET.	1,37	22,39	37,05	28,72	7,92	2,56	100,00
IND. TEXTIL	2,53	89,19	5,96	1,99	0,29	0,04	100,00
COM. VAREJ	2,92	57,95	25,79	10,36	2,60	0,38	100,00
ADM. PÚBL.	0,65	48,55	25,98	18,86	5,18	0,77	100,00

Fonte: Mtb-RAIS
Elaboração própria

TABELA 32

NATUREZA DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO –1991

SETORES	CLT	ESTATUT	TRAB. AVULSO	TRAB. TEMP.	OUTROS	TOTAL
EXTR MIN	5668	0	0	1	13	5682
MIN NÃO MET	5235	0	0	0	3	5238
IND TEXTIL	2351	0	0	0	2	2353
COM VAR	4943	0	1	2	5	4951
ADM PÚBLICA	3160	337	0	0	90	3587
TOTAL	21357	337	1	3	113	21811
EM PERCENTUAL						
EXT.MIN.	99,75	0,00	0,00	0,02	0,23	100,00
MIN. N. MET.	99,94	0,00	0,00	0,00	0,06	100,00
IND. TEXTIL	99,92	0,00	0,00	0,00	0,08	100,00
COM. VAREJ	99,84	0,00	0,02	0,04	0,10	100,00
ADM. PÚBL.	88,10	9,40	0,00	0,00	2,51	100,00

Fonte: Mtb-RAIS
Elaboração própria

TABELA 33

AUMENTO DO N. DE VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS AVULSOS OU TEMPORÁRIOS - 1992

SETORES	CLT	ESTATUT	TRAB. AVULSO	TRAB. TEMP.	OUTROS	TOTAL
EXTR MIN	3961	0	0	0	13	3974
MIN NÃO MET	4762	10	0	0	13	4785
IND TEXTIL	3103	1	0	0	1	3105
COM VAR	4344	0	13	7	18	4382
ADM PÚBLICA	1588	205	1	0	84	1878
TOTAL	17758	216	14	7	129	18124
EM PERCENTUAL						
EXTR MIN	99,67	0,00	0,00	0,00	0,33	100,00
MIN NÃO MET	99,52	0,21	0,00	0,00	0,27	100,00
IND TEXTIL	99,94	0,03	0,00	0,00	0,03	100,00
COM VAR	99,13	0,00	0,30	0,16	0,41	100,00
ADM PÚBLICA	84,56	10,92	0,05	0,00	4,47	100,00

Fonte: Mtb-RAIS
Elaboração própria

TABELA 34

AUMENTO DO N. DE VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS AVULSOS OU TEMPORÁRIOS - 1993

SETORES	CLT	ESTATUT	TRAB. AVULSO	TRAB. TEMP.	OUTROS	TOTAL
EXTR MIN	4107	0	0	0	27	4134
MIN NÃO MET	5784	10	0	0	15	5809
IND TEXTIL	4222	1	1	1	4	4229
COM VAR	4710	0	0	0	19	4729
ADM PÚBLICA	1549	1672	1	7	126	3355
TOTAL	20372	1683	2	8	191	22256
EM PERCENTUAL						
EXTR MIN	99,35	0,00	0,00	0,00	0,65	100,00
MIN NÃO MET	99,57	0,17	0,00	0,00	0,26	100,00
IND TEXTIL	99,83	0,02	0,02	0,02	0,09	100,00
COM VAR	99,60	0,00	0,00	0,00	0,40	100,00
ADM PÚBLICA	46,17	49,84	0,03	0,21	3,76	100,00

Fonte: Mtb-RAIS
Elaboração própria

TABELA 35

AUMENTO DO N. DE VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS AVULSOS OU TEMPORÁRIOS - 1994

SETORES	CLT	ESTATUT	TRAB. AVULSO	TRAB. TEMP.	OUTROS	TOTAL
EXTR MIN	3177	0	0	0	582	3759
MIN NÃO MET	6147	0	0	0	1	6148
IND TEXTIL	4894	1	0	0	0	4895
COM VAR	6802	2	4	1	103	6912
ADM PÚBLICA	2611	2032	0	9	4	4656
TOTAL	23631	2035	4	10	690	26370
EM PERCENTUAL						
EXTR MIN	84,52	0,00	0,00	0,00	15,48	100,00
MIN NÃO MET	99,98	0,00	0,00	0,00	0,02	100,00
IND TEXTIL	99,98	0,02	0,00	0,00	0,00	100,00
COM VAR	98,41	0,03	0,06	0,01	1,49	100,00
ADM PÚBLICA	56,08	43,64	0,00	0,19	0,09	100,00

Fonte: Mtb-RAIS
Elaboração própria

TABELA 36

AUMENTO DO N. DE VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS AVULSOS OU TEMPORÁRIOS - 1995

SETORES	CLT	ESTATUT	TRAB. AVULSO	TRAB. TEMP.	OUTROS	TOTAL
EXTR MIN	5272	3	0	0	12	5287
MIN NÃO MET	1163	0	0	0	0	1163
IND TEXTIL	4557	1	1	0	0	4559
COM VAR	6703	0	0	0	3	6706
ADM PÚBLICA	2016	2516	0	11	0	4543
TOTAL	19711	2520	1	11	15	22258
EM PERCENTUAL						
EXTR MIN	99,72	0,06	0,00	0,00	0,23	100,00
MIN NÃO MET	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
IND TEXTIL	99,96	0,02	0,02	0,00	0,00	100,00
COM VAR	99,96	0,00	0,00	0,00	0,04	100,00
ADM PÚBLICA	44,38	55,38	0,00	0,24	0,00	100,00

Fonte: Mtb-RAIS
Elaboração própria

TABELA 37

AUMENTO DO N. DE VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS AVULSOS OU TEMPORÁRIOS - 1996

SETORES	CLT	ESTATUT	TRAB. AVULSO	TRAB. TEMP.	OUTROS	TOTAL
EXTR MIN	2550	2	0	0	20	2572
MIN NÃO MET	5108	0	0	0	16	5124
IND TEXTIL	4782	2	0	0	11	4795
COM VAR	6881	2	0	1	10	6894
ADM PÚBLICA	2164	1959	0	14	0	4137
TOTAL	21485	1965	0	15	57	23522
EM PERCENTUAL						
EXTR MIN	99,14	0,08	0,00	0,00	0,78	100,00
MIN NÃO MET	99,69	0,00	0,00	0,00	0,31	100,00
IND TEXTIL	99,73	0,04	0,00	0,00	0,23	100,00
COM VAR	99,81	0,03	0,00	0,01	0,15	100,00
ADM PÚBLICA	52,31	47,35	0,00	0,34	0,00	100,00

Fonte: Mtb-RAIS
Elaboração própria